

Conferência decidirá futuro da venda de mogno

Maria Helena Tachinardi
de Washington

A continuidade das exportações brasileiras de mogno, sem qualquer restrição, dependerá dos resultados da Décima Conferência da Convenção Internacional para o Comércio de Espécies Ameaçadas de Extinção (Cites), que começou ontem em Harare, Zimbábue, e prossegue até o dia 20. O Brasil é o maior exportador mundial de mogno nativo. Da delegação brasileira, chefiada pelo Itamaraty, participa o presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Eduardo Martins. O Brasil rejeita a inclusão do mogno no anexo II da Cites, conforme propõem os Estados Unidos e a Bolívia — segundo maior exportador —, argumentando que o País está extraindo a madeira de forma sustentável e



Eduardo Martins

EUA e Bolívia defendem, na reunião da Cites, a restrição à comercialização da madeira, que terá de ser explorada mediante gerenciamento sustentável se a proposta for aprovada

que as eventuais restrições seriam mais uma barreira comercial.

Da reunião da Cites participam representantes de 136 países. A resolução incluindo o mogno no anexo II, que permite o comércio de espécies somente com autorização dos governos nacionais e mediante um gerenciamento sustentável, será aprovada se for aceita por dois terços dos presentes, disse a este jornal uma fonte da US Fish and Wildlife, agência do Departamento do Interior que negocia pelos EUA na convenção.

A primeira tentativa de colocar o mogno na lista de espécies ameaçadas de extinção ocorreu em 1994, na nona conferência da Cites em Fort Lauderdale, Flórida, quando Washington endossou a proposta

dos Países Baixos. Agora, com o apoio da Bolívia e de organizações não governamentais, como o World Wildlife Fund (WWF), os EUA partem novamente para a ofensiva anunciando que, “como o maior consumidor mundial de mogno têm a responsabilidade de estimular o gerenciamento sustentável da espécie”. O mercado americano importa anualmente cerca de US\$ 90 milhões para a fabricação de móveis finos. Segundo o WWF, na floresta amazônica foram cortadas 70% das árvores de mogno para exportação para EUA e Europa.

Além do Brasil, os países potencialmente prejudicados por uma nova classificação do mogno são México, Guatemala, Honduras, Belize, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia e Peru. Os asiáticos não precisam se preocupar porque o mogno que produzem é cultivado e não nativo. No anexo II estarão excluídos de qualquer restrição os mó-

veis fabricados com mogno. A adesão da Bolívia à proposta americana, em janeiro deste ano, foi saudada por John Rogers, diretor da US Fish and Wildlife: “Os bolivianos têm trabalhado duramente para proteger o mogno, que é tão importante para a economia do país. Eles estão demonstrando ativamente que podemos encontrar meios para proteger, gerenciar e usar o mogno como um recurso valioso”.

Outras espécies ameaçadas e que estarão em discussão na conferência da Cites são baleias, tubarões, tartarugas-marinhas, rinocerontes, elefantes e esturjões, que produzem o caviar Beluga. A posição dos EUA é de proibição do comércio da carne de baleia, mas o Japão e a Noruega se opõem a ela. A Alemanha e os EUA, os maiores importadores de caviar, estão apoiando a inclusão

do esturjão do mar Cáspio, Rússia, Irã, Casaquistão e Azerbaijão no anexo II. A proposta visa a uma estabilização nas populações de esturjão e regulamentos mais rígidos de comércio a serem seguidos pelos importadores. Peixes marinhos, entre eles o tubarão “mako”, apreciados pela alta qualidade de sua carne,

Além do Brasil, os prejudicados pela nova classificação seriam México, Guatemala, Honduras e Panamá

também poderão ser incluídos no mesmo anexo. O governo americano submeteu à Cites um esboço de resolução para formar um grupo de traba-

lho temporário sobre o comércio internacional dessas espécies.

As tartarugas-marinhas do mar do Caribe são protegidas nos EUA e o seu comércio internacional foi banido pela Cites. Mas Cuba propôs a reabertura da comercialização das carcaças do animal para o Japão, transferindo a população da

espécie para o anexo II da convenção. Washington não apóia essa proposta e trabalhará em Harare para encontrar meios de conservação das tartarugas-marinhas.

Outro tópico controverso da reunião da Cites é o relacionado com os rinocerontes brancos. A África do Sul está propondo comercializar os chifres do animal, usados em alguns países na medicina tradicional. Os EUA rejeitam a reabertura desse comércio. A transação de marfim também foi banida, mas neste ano haverá uma discussão sobre a transferência de certas populações de elefantes para o anexo II e a reabertura do comércio de suas presas. O periquito nativo do México (“green-cheeked parrot”), vendido em lojas de animais de estimação nos EUA por US\$ 500, deverá ser objeto de uma resolução proibindo o seu comércio internacional, segundo a WWF.

Os EUA estão propondo uma resolução para criar um grupo de trabalho sobre comércio ilegal que se coordenaria com a Interpol, polícia internacional, que mantém uma equipe só para crimes contra espécies selvagens.